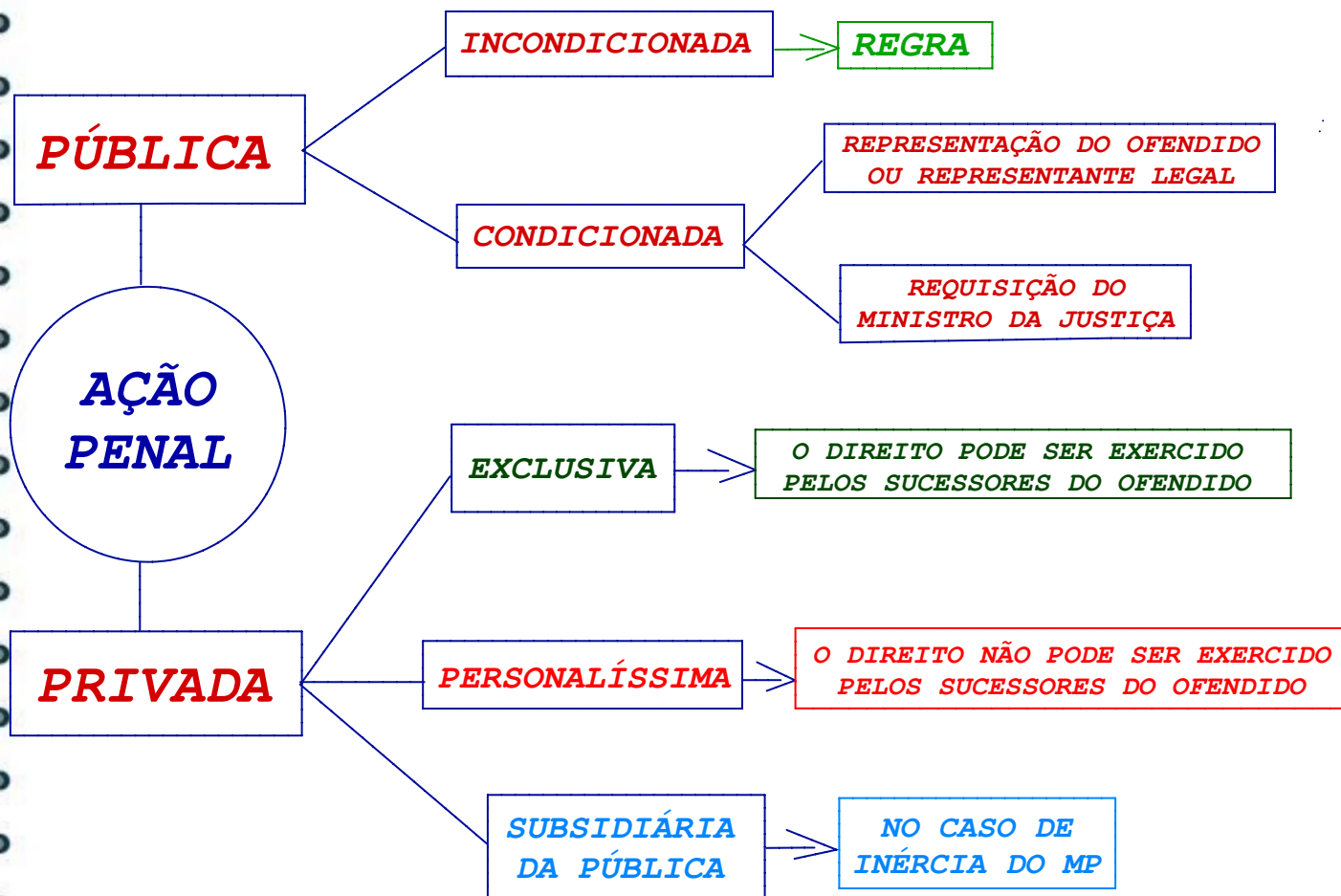


DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

GRÁFICO GERAL DAS ESPÉCIES DE AÇÃO PENAL



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

- 👉 É A REGRA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
 - ◆ SOMENTE NÃO SERÁ INCONDICIONADA QUANDO HOUVER PREVISÃO EXPRESSA NA LEI
- 👉 MINISTÉRIO PÚBLICO É O SEU TITULAR PRIVATIVO



PRINCÍPIOS QUE REGEM A AP INCONDICIONADA:

INDISPONIBILIDADE	👉 O MP NÃO PODE DESISTIR DA AÇÃO PENAL
OBRIGATORIEDADE	👉 MP DEVE OFERECER A DENÚNCIA - QUANDO HOUVER INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO 👉 EXCEÇÕES: TRANSAÇÃO PENAL (NOS JUIZADOS ESPECIAIS E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (PACOTE ANTICRIME))
DIVISIBILIDADE	👉 MP PODE AJUIZAR AÇÃO SOMENTE EM FACE DE ALGUNS INFRATORES , DEIXANDO O AJUIZAMENTO PARA OUTRO MOMENTO DO RESTANTE DOS INFRATORES
OFICIALIDADE	👉 REALIZADA POR ÓRGÃO OFICIAL (MINISTÉRIO PÚBLICO) 👉 CABE A PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA QUANDO A AÇÃO NÃO FOR INTENTADA NO PRAZO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

FORMAS DE DISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PRIVADA

RENÚNCIA

ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO

PODE SER EXPRESSA OU TÁCITA

STJ - NA TÁCITA: QUANDO NÃO OCORRER A INCLUSÃO DE ALGUM INFRATOR, ESSA OMISSÃO TEM QUE SER VOLUNTÁRIA

INDIVISIBILIDADE

OFERECIDA A UM DOS INFRATORES A TODOS SE ESTENDE

ATO UNILATERAL

NÃO DEPENDE DE ACEITAÇÃO PELOS INFRATORES

PERDÃO

DEPOIS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO

PODE SER EXPRESSA OU TÁCITA

PROCESSUAL OU EXTRAPROCESSUAL

INDIVISIBILIDADE

OFERECIDA A UM DOS INFRATORES A TODOS SE ESTENDE

SALVO RECUSA

NO PRAZO DE 3 DIAS

SILÊNCIO: IMPORTA ACEITAÇÃO

PODE SER ACEITO POR PROCURADOR COM PODERES ESPECIAIS

ATO BILATERAL

DEPENDE DE ACEITAÇÃO PELOS INFRATORES

CASO ALGUÉM NÃO ACEITE

NÃO PREJUDICA OS OUTROS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

CITAÇÃO MEDIANTE PRECATÓRIA

EXPEDIÇÃO DA
PRECATÓRIA

O RÉU RESIDE NA
LOCALIDADE DO
JUÍZO DEPRECADO

PROCEDE-SE
À CITAÇÃO

O JUÍZO DEPRECADO
VERIFICA QUE O RÉU NÃO
RESIDE NA LOCALIDADE

SE TIVER TEMPO
PARA REALIZAR
A CITAÇÃO

OS AUTOS DEVEM
SER REMETIDOS AO
JUÍZO DO LOCAL EM
QUE RESIDE O RÉU

SE NÃO TIVER TEMPO
PARA REALIZAR
A CITAÇÃO

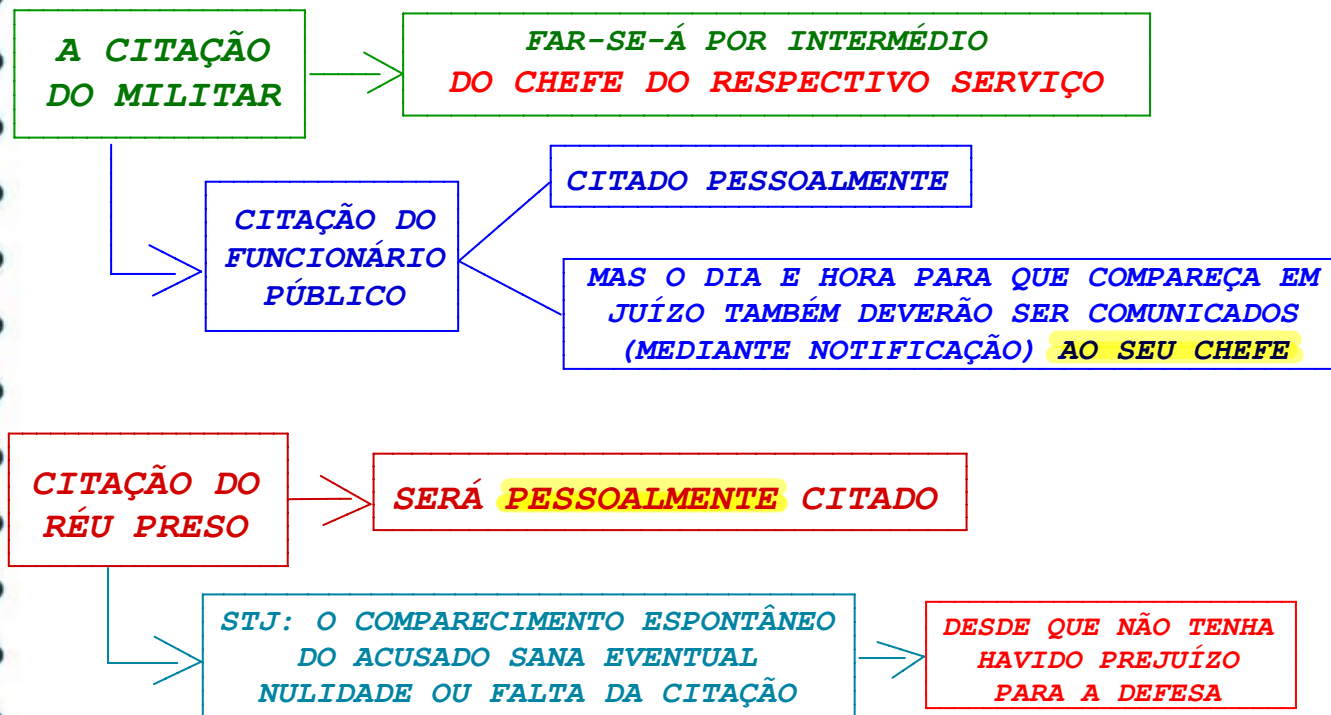
DEVOLVE A
PRECATÓRIA
AO JUÍZO
DEPRECANTE

 SE HOUVER
URGÊNCIA, A
PRECATÓRIA, PODERÁ
SER EXPEDIDA POR VIA
TELEGRÁFICA, DEPOIS
DE RECONHECIDA A
FIRMA DO JUIZ

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

MODALIDADES ESPECIAIS DE CITAÇÃO PESSOAL



CITAÇÕES EM EMBAIXADAS E CONSULADOS (LEGAÇÕES ESTRANGEIRAS)

👉 **SERÃO EFETUADAS MEDIANTE CARTA ROGATÓRIA**

DIREITO

PROCESSUAL PENAL

CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

CRIMES FUNCIONAIS PRÓPRIOS X IMPRÓPRIOS

PRÓPRIOS	👉 QUANDO A CONDUTA SÓ É LÍCITA PENALMENTE QUANDO PRATICADA PELO FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EX - PREVARICAÇÃO
IMPRÓPRIOS	👉 QUANDO A CONDUTA TAMBÉM É PUNIDA QUANDO PRATICADA POR UM PARTICULAR, MODIFICANDO-SE, APENAS, A TIPIFICAÇÃO LEGAL EX - PECULATO FURTO

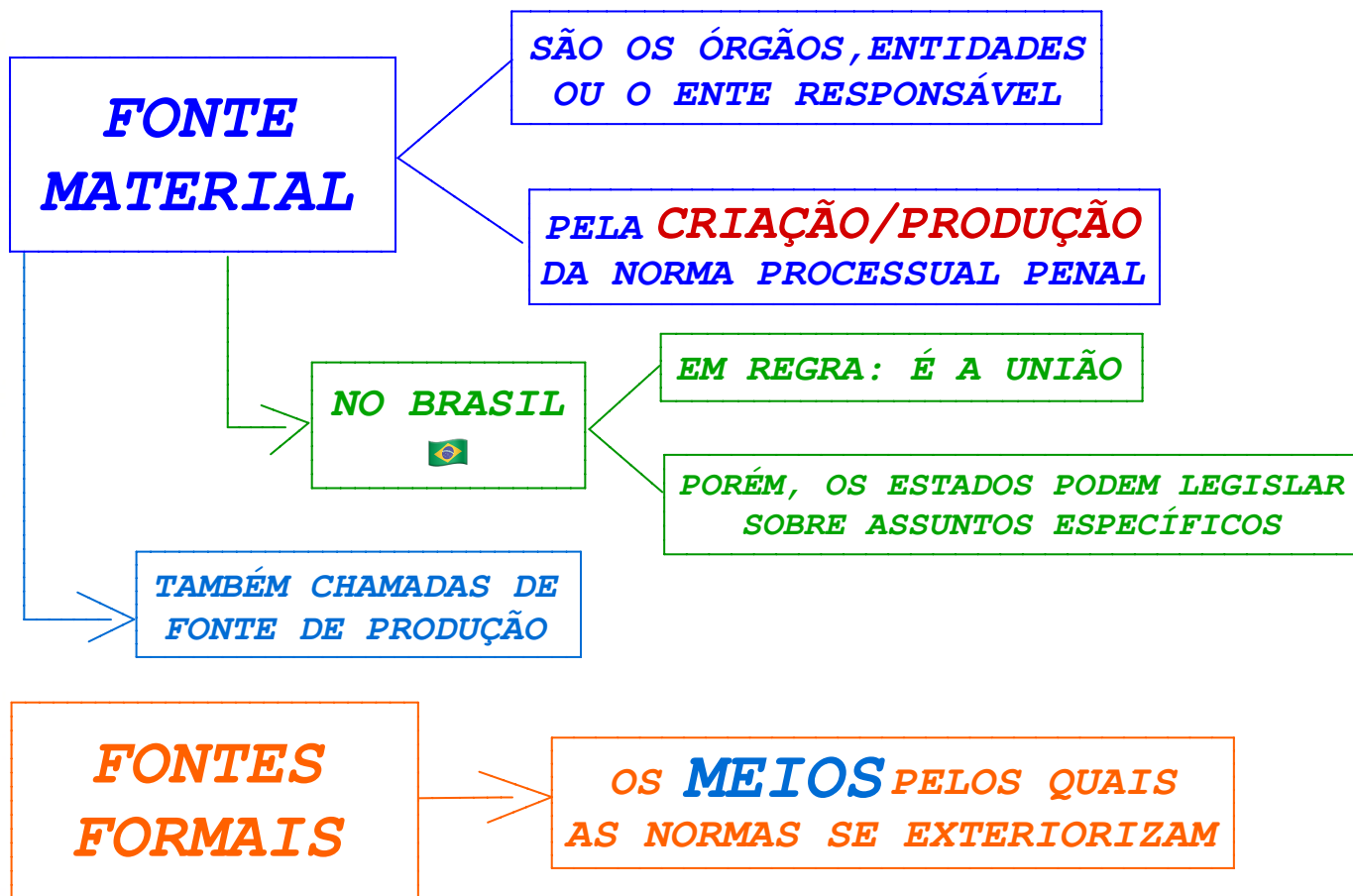
*** ATENÇÃO - NÃO CONFUNDA COM CRIMES
FUNCIONAIS TÍPICOS E ATÍPICOS ***

TÍPICOS	👉 O TIPO PENAL EXIGE QUE A CONDUTA SEJA PRATICADA POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO EX - PREVARICAÇÃO
ATÍPICOS	👉 O TIPO PENAL NÃO EXIGE QUE QUALIDADE DO SUJEITO ATIVO (QUALQUER PESSOA PODE PRATICAR)

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

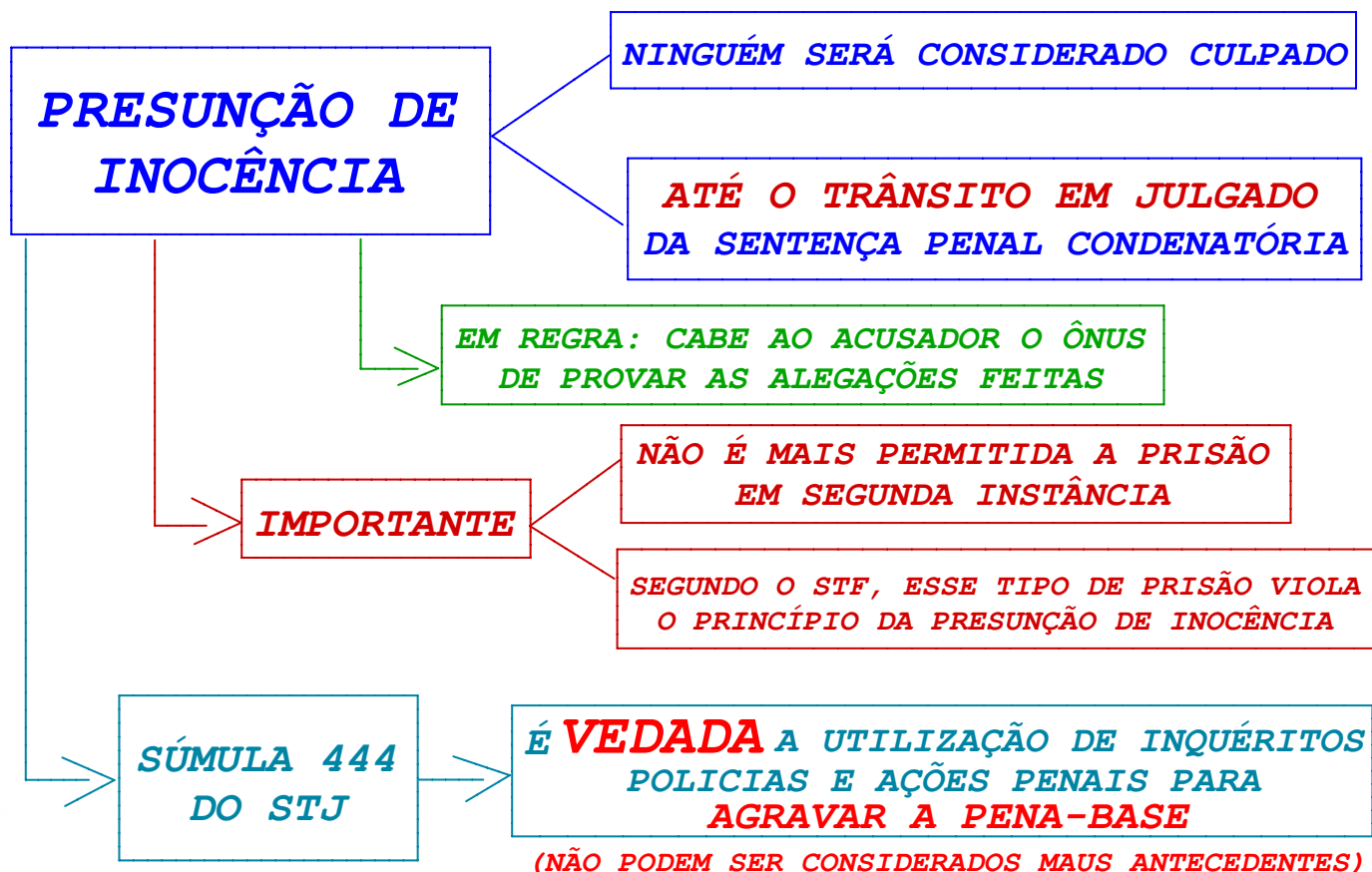
FORTE MATERIAL X FORMAL



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRINCÍPIOS

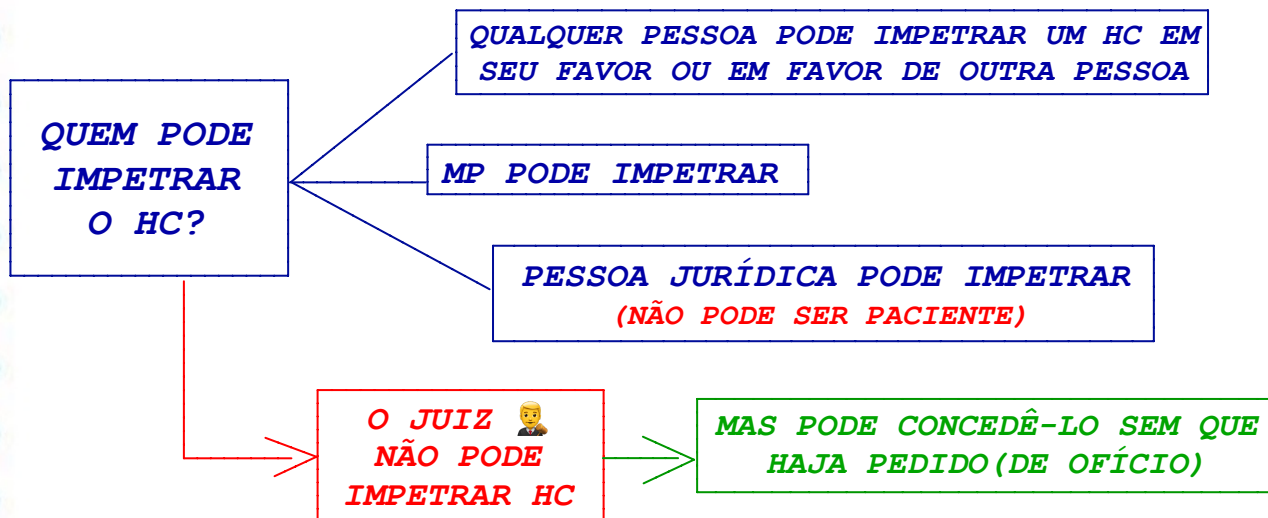
PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA



DIREITO PROCESSUAL PENAL

HABEAS CORPUS

QUEM PODE IMPETRAR O HC?



DEMAIS DISPOSITIVOS SOBRE O HC

👉 A CONCESSÃO DO HC NÃO OBSTARÁ, NEM PORÁ TERMO AO PROCESSO DESDE QUE ESTE NÃO ESTEJA EM CONFLITO COM OS FUNDAMENTOS DAQUELA

👉 SE O HC FOR CONCEDIDO EM VIRTUDE DE NULIDADE DO PROCESSO

ESTE SERÁ RENOVADO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

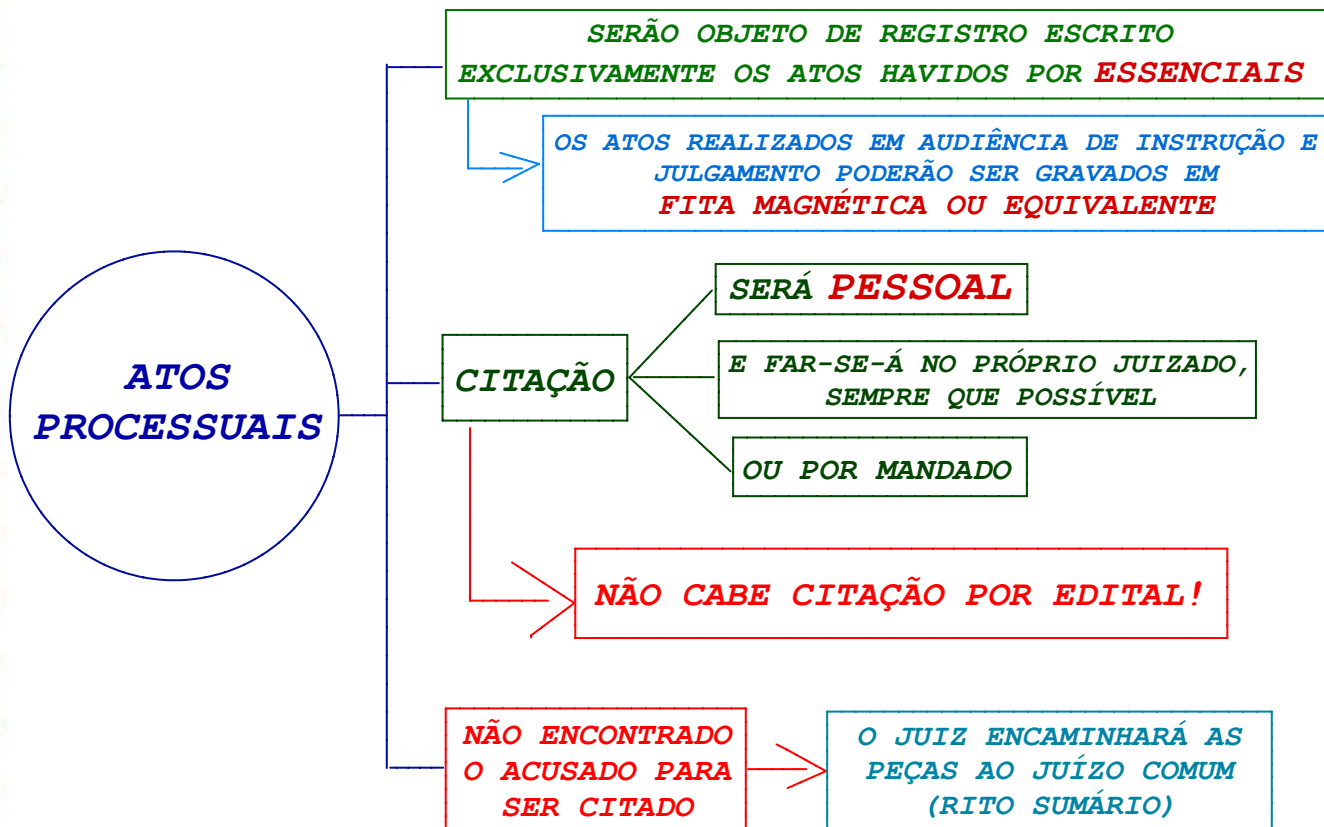
PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

<i>* (EM DIAS) *</i>	<i>INVESTIGADO PRESO</i>	<i>INVESTIGADO SOLTO</i>
REGRA GERAL	10	30
INQUÉRITO POLICIAL FEDERAL	15 + 15	30
LEI DE DROGAS	30 + 30	90 + 90
CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	10	10

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

ATOS PROCESSUAIS (II)



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (III)

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

👉 ABERTA A AUDIÊNCIA, SERÁ DADA A PALAVRA AO DEFENSOR PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO

👉 DEPOIS O JUIZ DECIDE SE REJEITA OU RECEBE A DENÚNCIA OU QUEIXA

HAVENDO RECEBIMENTO, SERÃO OUVIDAS A VÍTIMA E AS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO E DEFESA. POR FIM, INTERROGA-SE O ACUSADO

(NESTA ORDEM)

APÓS ISSO, PASSA-SE IMEDIATAMENTE AOS DEBATES ORAIS E À PROLAÇÃO DA SENTENÇA

TODAS AS PROVAS SERÃO PRODUZIDAS NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

➤ PODENDO O JUIZ LIMITAR OU EXCLUIR AS QUE CONSIDERAR EXCESSIVAS, IMPERTINENTES OU PROTETATÓRIAS

👉 DURANTE A AUDIÊNCIA, TODAS AS PARTES E DEMAIS SUJEITOS PROCESSUAIS PRESENTES NO ATO DEVERÃO RESPEITAR A DIGNIDADE DA VÍTIMA, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA, CABENDO AO JUIZ GARANTIR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NESTE ARTIGO, VEDADAS:

🚫 A MANIFESTAÇÃO SOBRE CIRCUNSTÂNCIAS OU ELEMENTOS ALHEIOS AOS FATOS OBJETO DE APURAÇÃO NOS AUTOS;

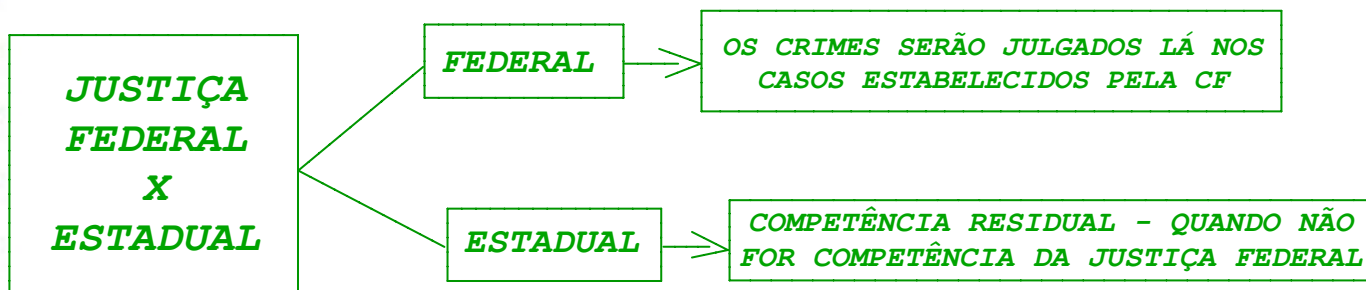
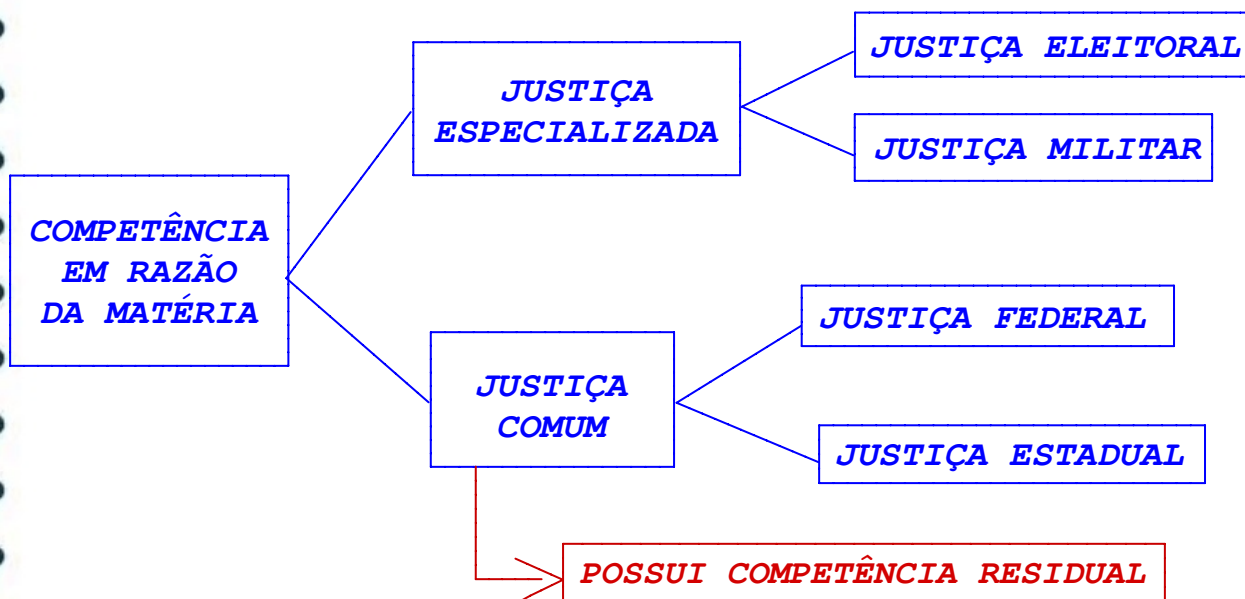
🚫 A UTILIZAÇÃO DE LINGUAGEM, DE INFORMAÇÕES OU DE MATERIAL QUE OFENDAM A DIGNIDADE DA VÍTIMA OU DE TESTEMUNHAS.

A SENTENÇA, DISPENSADO O RELATÓRIO, MENCIONARÁ OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO DO JUIZ

DIREITO PROCESSUAL PENAL

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

ESPÉCIES DE FLAGRANTE

**FLAGRANTE
PRÓPRIO**

ESTÁ COMETENDO A INFRAÇÃO PENAL

OU ACABA DE COMETÊ-LA

**FLAGRANTE
IMPRÓPRIO**

(QUASE-FLAGRANTE)

**É PERSEGUIDO, LOGO APÓS, PELA
AUTORIDADE, OFENDIDO OU QUALQUER PESSOA**

**EM SITUAÇÃO QUE FAÇA PRESUMIR
SER AUTOR DA INFRAÇÃO**

**FLAGRANTE
PRESUMIDO**

(FICTO)

**É ENCONTRADO, LOGO DEPOIS, COM
INSTRUMENTOS, ARMAS, OBJETOS OU PAPÉIS**

**QUE FAÇAM PRESUMIR SER
ELE AUTOR DA INFRAÇÃO**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

LAVRATURA DO APF (I)



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - SÚMULAS RELEVANTES (PRISÕES)

SÚMULAS DO STJ

O CONHECIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO DO RÉU
INDEPENDE DA SUA PRISÃO

PRONUNCIADO O RÉU, **FICA SUPERADA** A ALEGAÇÃO DE
DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DA PRISÃO POR
EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO

ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, **FICA SUPERADA**
A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO

NAO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO
DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA

SÚMULAS DO STF

SÓ É LÍCITO O USO DE ALGEMAS EM CASOS DE
RESISTÊNCIA E DE FUNDADO RECEIO DE FUGA OU DE
PERIGO A INTEGRIDADE FÍSICA PRÓPRIA OU ALHEIA
POR PARTE DO PRESO OU DE TERCEIROS JUSTIFICADA
A EXCEPCIONALIDADE POR ESCRITO

(SÚMULA VINCULANTE)

NÃO HÁ CRIME, QUANDO A PREPARAÇÃO DO FLAGRANTE
PELA POLÍCIA TORNA IMPOSSÍVEL A SUA CONSUMAÇÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA

FIANÇA (II)

QUANDO NÃO CONCEDE?

**NÃO
CONCEDE**

NOS CRIMES DE TERRORISMO, TORTURA, TRÁFICO
ILÍCITO DE ENTORPECENTES E CRIMES HEDIONDOS

NOS CRIMES **RACISMO**

NOS CRIMES COMETIDOS POR **GRUPOS ARMADOS**
CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM
CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRSTICO

AOS QUE NO MESMO PROCESSO:

◆ **TIVEREM QUEBRADO FIANÇA ANTERIORMENTE
CONCEDIDA**

◆ **INFRINGIDO, SEM JUSTO MOTIVO, A OBRIGAÇÃO DE
COMPARECIMENTO E DE MUDAR DE RESIDÊNCIA OU SE AUSENTAR
POR MAIS DE 8 DIAS SEM COMUNICAR À AUTORIDADE**

PRISÃO CIVIL OU MILITAR

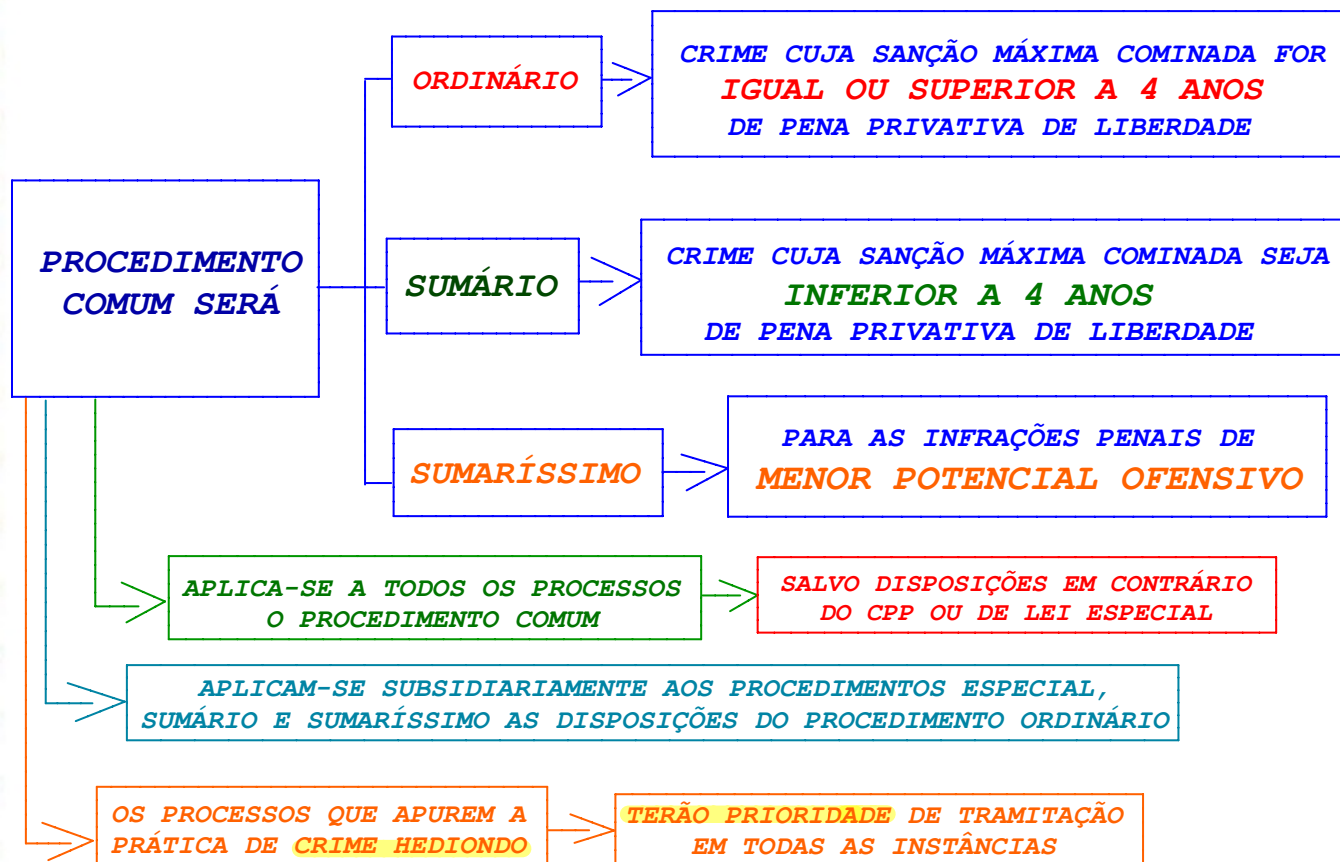
**QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS DA
PRISÃO PREVENTIVA**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSO COMUM

INSTRUÇÃO CRIMINAL

👉 O PROCEDIMENTO SERÁ COMUM OU ESPECIAL



DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSO COMUM

INSTRUÇÃO CRIMINAL



DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCEDIMENTO RELATIVO AO TRIBUNAL DO JÚRI

INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO

➡ A SEGUIR SERÁ O ACUSADO INTERROGADO, SE ESTIVER PRESENTE

➡ O MP
➡ O ASSISTENTE
➡ O QUERELANTE
➡ E O DEFENSOR

(NESSA ORDEM)

PODERÃO FORMULAR, DIRETAMENTE,
PERGUNTAS AO ACUSADO

➡ OS JURADOS FORMULARÃO PERGUNTAS POR INTERMÉDIO DO JUIZ PRESIDENTE

NÃO SE PERMITIRÁ O USO DE
ALGEMAS NO ACUSADO DURANTE
O PERÍODO EM QUE PERMANECER
NO PLENÁRIO DO JÚRI

SALVO SE ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO:

✓ À ORDEM DOS TRABALHOS
✓ À SEGURANÇA DAS TESTEMUNHAS
✓ OU À GARANTIA DA INTEGRIDADE
FÍSICA DOS PRESENTES

O REGISTRO DOS DEPOIMENTOS E DO
INTERROGATÓRIO SERÁ FEITO PELOS
MEIOS OU RECURSOS DE GRAVAÇÃO
MAGNÉTICA, ELETRÔNICA, ESTENOTIPIA
OU TÉCNICA SIMILAR

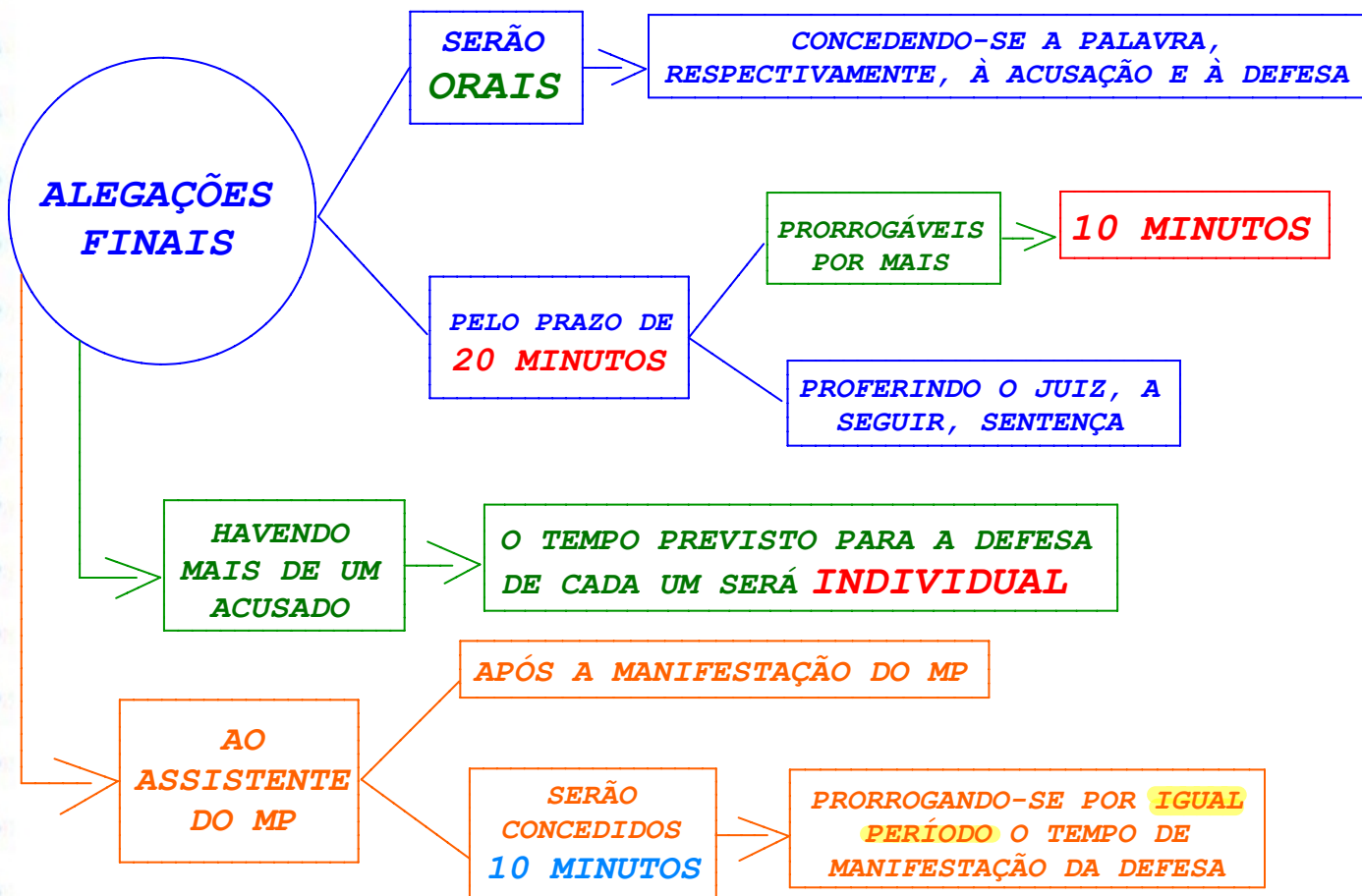
DESTINADA A OBTER MAIOR
FIDELIDADE E CELERIDADE NA
COLHEITA DA PROVA.

➡ A TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO, APÓS FEITA A DEGRAVAÇÃO, CONSTARÁ DOS AUTOS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSO SUMÁRIO

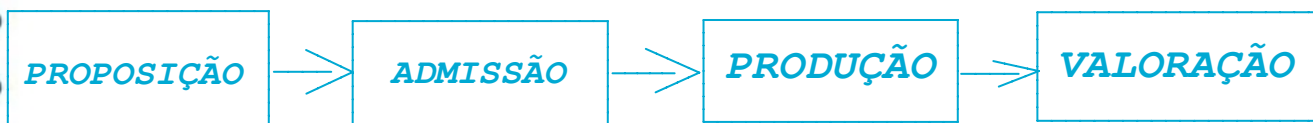
PROCEDIMENTO COMUM PELO RITO SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

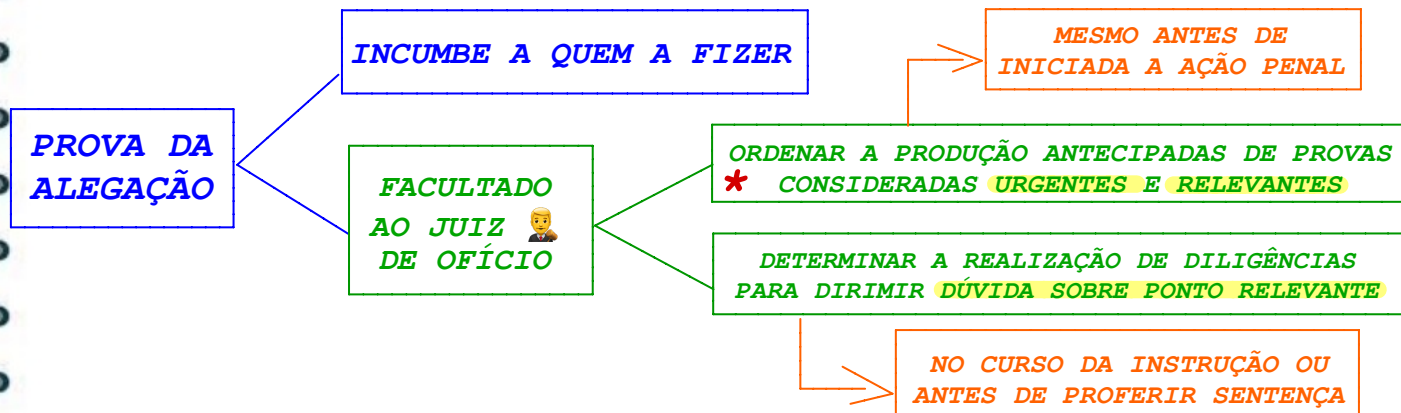
TEORIA GERAL DA PROVA

ETAPAS DE PRODUÇÃO DE PROVAS



ÔNUS DA PROVA

👉 ENCARGO CONFERIDO AS PARTES REFERENTE À PRODUÇÃO PROBATÓRIA RELATIVA AO FATO POR ELA ALEGADO

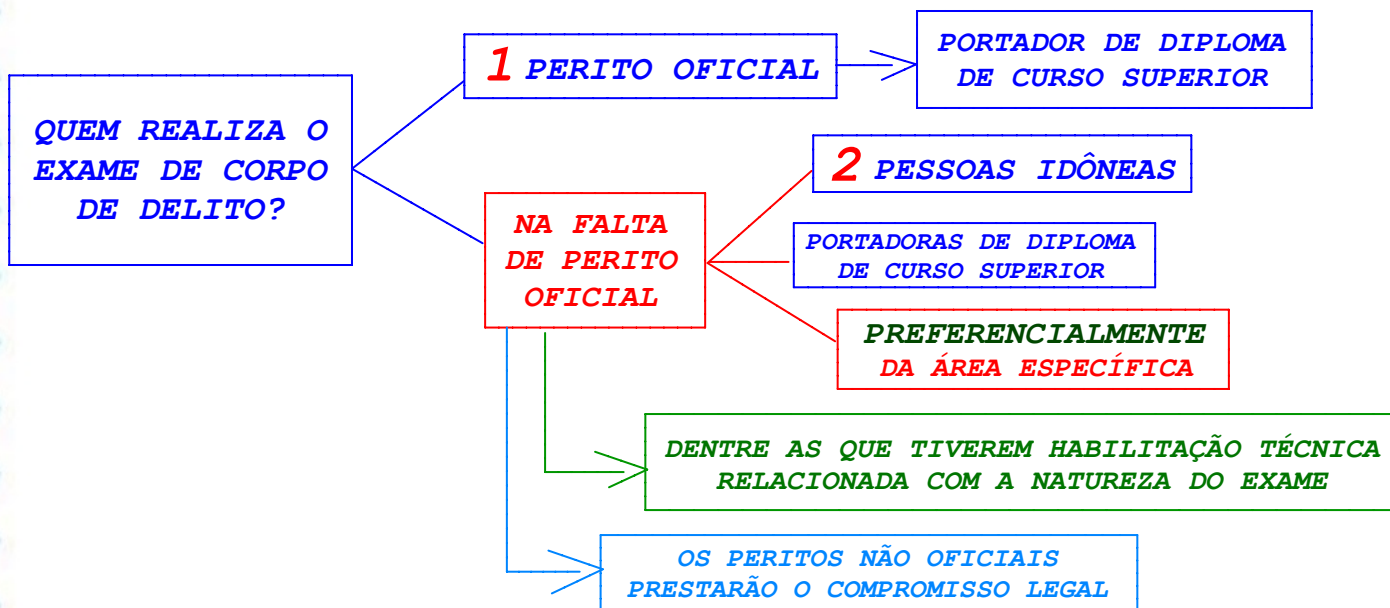


*
ESSA POSSIBILIDADE PASSOU A SER VEDADA PELO PACOTE ANTICRIME, MAS O DISPOSITIVO QUE ESTABELECE ESSA VEDAÇÃO ESTÁ SUSPENSO PELO STF

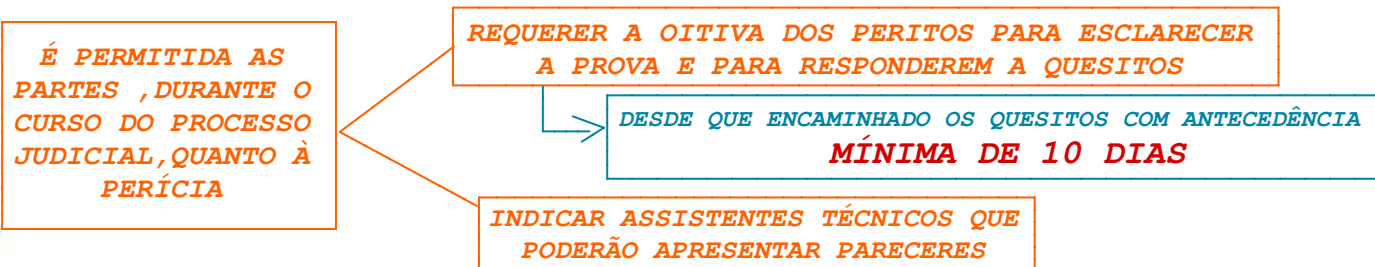
DIREITO PROCESSUAL PENAL

DO EXAME DE CORPO DE DELITO

QUEM REALIZA O EXAME DE CORPO DE DELITO?



OITIVA DOS PERITOS E INDICAÇÃO DE ASSISTENTES TÉCNICOS



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DA PROVA TESTEMUNHAL

INQUIRição POR PRECATóRIA

INQUIRição POR PRECATóRIA

QUANDO A TESTEMUNHA MORAR **FORA**
DA JURISDIÇÃO DO JUIZ

EXPEDIÇÃO DA PRECATÓRIA **NÃO SUSPENDERÁ**
A INSTRUÇÃO CRIMINAL

FINDO O PRAZO MARCADO, PODERÁ REALIZAR-SE O
JULGAMENTO, MAS, A TODO TEMPO, A PRECATÓRIA, UMA
VEZ DEVOLVIDA, SERÁ JUNTA AOS AUTOS

A OITIVA DE TESTEMUNHA PODE SER
REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA

SÚMULAS SOBRE PRECATÓRIA

👉 **É RELATIVA** A NULIDADE DO PROCESSO CRIMINAL
POR FALTA DE INTIMAÇÃO DA EXPEDIÇÃO DE
PRECATÓRIA PARA INQUIRição DE TESTEMUNHA

👉 INTIMADA A DEFESA DA EXPEDIÇÃO DA CARTA
PRECATÓRIA, TORNA-SE **DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO**
DA DATA DA AUDIÊNCIA NO JUÍZO DEPRECADO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

BUSCA E APREENSÃO

BUSCA DOMICILIAR



DIREITO PROCESSUAL PENAL

RECURSOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

➡ OS RECURSOS SERÃO VOLUNTÁRIOS

EXCETUANDO-SE OS
SEGUINTE CASOS, EM QUE
DEVERÃO SER INTERPOSTOS,
DE OFÍCIO, PELO JUIZ:

DA SENTENÇA QUE CONCEDER
HABEAS CORPUS

DA QUE ABSOLVER DESDE LOGO O RÉU
COM FUNDAMENTO NA EXISTÊNCIA DE
CIRCUNSTÂNCIA QUE EXCLUA O CRIME
OU ISENTE O RÉU DE PENA

OS RECURSOS QUE, POR
ERRO, FALTA OU OMISSÃO
DOS FUNCIONÁRIOS

NÃO TIVEREM SEGUIMENTO OU NÃO FOREM
APRESENTADOS DENTRO DO PRAZO

NÃO SERÃO PREJUDICADOS

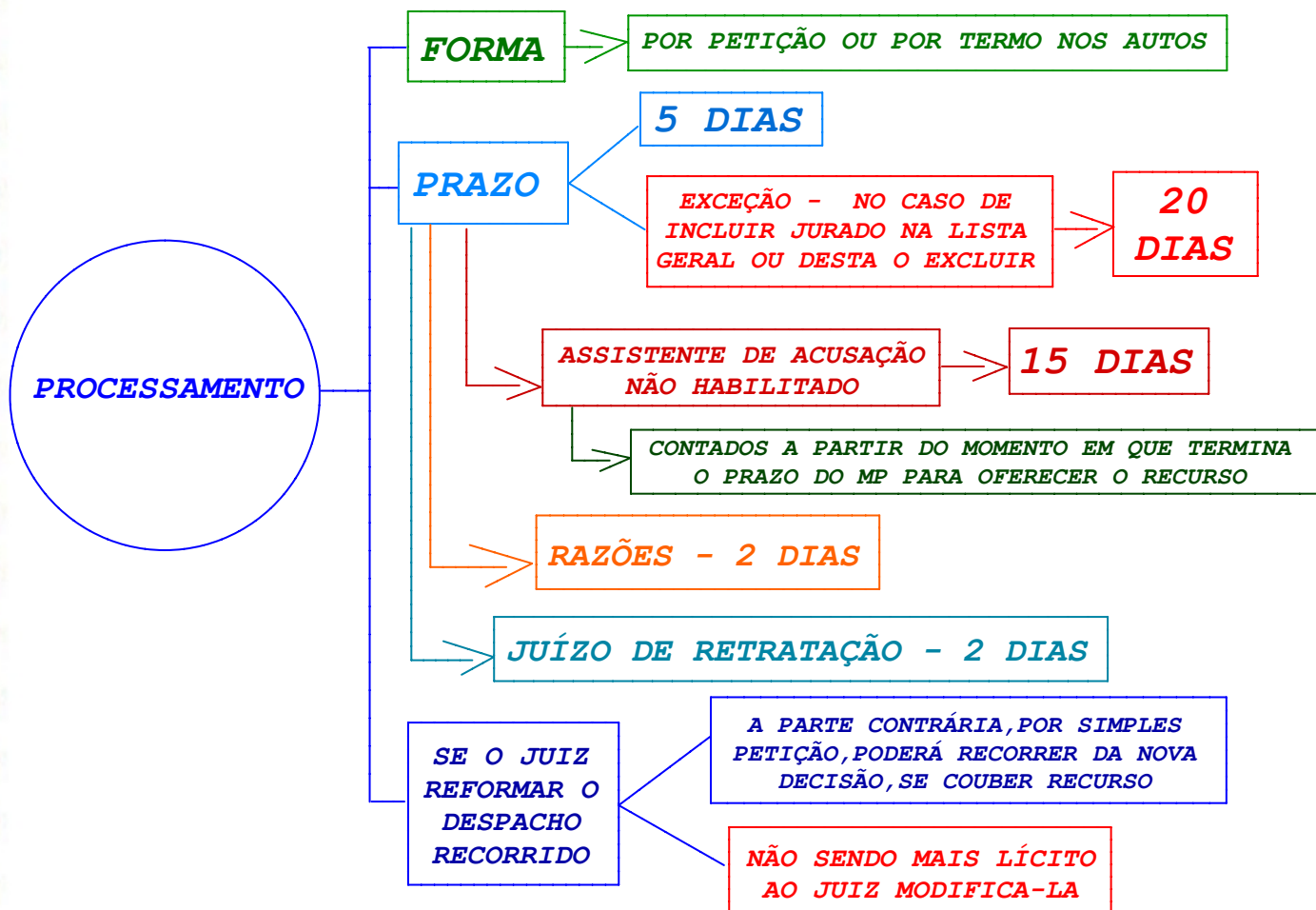
O MINISTÉRIO
PÚBLICO

NÃO PODERÁ DESISTIR DE RECURSO
QUE HAJA INTERPOSTO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

RECURSOS

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

RECURSOS

APELAÇÃO

RECORRENTE	PRAZO	INÍCIO
PARTES	5 DIAS	👉 CONTADOS DA INTIMAÇÃO
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO HABILITADO	5 DIAS	👉 DO DIA EM QUE TERMINAR O PRAZO PARA O MP 👉 CASO TENHA SIDO INTIMADO APÓS O MP, SERÁ CONTADO DA DATA DA INTIMAÇÃO
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NÃO HABILITADO	15 DIAS	👉 CONTADOS DO DIA EM QUE TERMINAR O PRAZO DO MP

PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES

EM REGRA	8 DIAS
APRESENTADAS PELO ASSISTENTE EM RELAÇÃO AO RECURSO QUE NÃO FOI POR ELE INTERPOSTO	3 DIAS
NOS PROCESSOS POR CONTRAVENÇÃO	3 DIAS
NO RITO SUMARÍSSIMO (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL)	JUNTO COM A APELAÇÃO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DOS SUJEITOS DO PROCESSO

JUIZ



AO JUIZ
INCUMBIRÁ

PROVER À REGULARIDADE DO PROCESSO E MANTER
A ORDEM NO CURSO DOS RESPECTIVOS ATOS

PODENDO, PARA TAL FIM, REQUISITAR
A FORÇA PÚBLICA

IMPEDIMENTO DO JUIZ

👉 O JUIZ NÃO PODERÁ EXERCER JURISDIÇÃO NO PROCESSO EM QUE:

- ❌ TIVER FUNCIONADO SEU CÔNJUGE OU PARENTE, CONSANGÜÍNEO OU AFIM, EM LINHA RETA OU COLATERAL ATÉ O TERCEIRO GRAU, INCLUSIVE, COMO DEFENSOR OU ADVOGADO, ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, AUTORIDADE POLICIAL, AUXILIAR DA JUSTIÇA OU PERITO
- ❌ ELE PRÓPRIO HOUVER DESEMPENHADO QUALQUER DESSAS FUNÇÕES OU SERVIDO COMO TESTEMUNHA;
- ❌ TIVER FUNCIONADO COMO JUIZ DE OUTRA INSTÂNCIA, PRONUNCIANDO-SE, DE FATO OU DE DIREITO, SOBRE A QUESTÃO;
- ❌ ELE PRÓPRIO OU SEU CÔNJUGE OU PARENTE, CONSANGÜÍNEO OU AFIM EM LINHA RETA OU COLATERAL ATÉ O TERCEIRO GRAU, INCLUSIVE, FOR PARTE OU DIRETAMENTE INTERESSADO NO FEITO.

NOS JUÍZOS
COLETIVOS

NÃO PODERÃO SERVIR
NO MESMO PROCESSO
OS JUÍZES

QUE FOREM ENTRE SI PARENTES,
CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, EM LINHA RETA
OU COLATERAL ATÉ O 3 GRAU, INCLUSIVE.